



ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL A UNIVERSITÁRIOS EM LICENÇA MÉDICA: UM ESTUDO DE CASO¹

Lucilene Santos Lima Vieira*

Carolina Alves Magaldi**

Vanessa Augusta Souza Braga***

Maria Cristina Pinto de Jesus****

Miriam Aparecida Barbosa Merighi*****

RESUMO

Objetivo: compreender como ocorre o processo de assistência estudantil a universitários em licença médica.

Método: estudo de caso, exploratório, descritivo, de abordagem qualitativa, realizado entre agosto de 2018 e maio de 2019, em uma universidade pública localizada no sudeste brasileiro. Analisaram-se 46 processos abertos por estudantes; obtiveram-se 15 depoimentos de coordenadores de cursos, professores, estudantes e profissionais da Pró-Reitoria de Assistência Estudantil, além de 12 respostas a um questionário *on-line* preenchido pelos discentes. Utilizou-se da Análise de Conteúdo de Bardin para o tratamento dos dados.

Resultados: há demora na tramitação dos processos, diferenças de conduta no gerenciamento dos casos, falta de credibilidade na condição de saúde do discente e de flexibilização do conteúdo, além de pouco conhecimento sobre o direito à assistência estudantil em situações de licença médica. Faz-se necessária maior divulgação desse direito e sistematização dos trâmites na instituição. **Considerações finais:** diante das dificuldades apontadas e das demandas apresentadas, explicita-se a necessidade de maior investimento na assistência estudantil que considere os diversos aspectos da vida dos estudantes, em especial a saúde, com orientação no processo ensino-aprendizagem e acompanhamento psicopedagógico nos casos de licença médica.

Palavras-chave: Educação superior. Saúde do estudante. Licença médica. Relatos de casos.

INTRODUÇÃO

A partir dos últimos anos da década de 2000, houve grande expansão do ensino superior no Brasil, e isso suscitou a necessidade de atender às demandas que sobrevieram do crescimento do número de ingressantes nas Instituições de Ensino Superior (IESs). Assim, houve a expansão da política de assistência estudantil, a fim de garantir o desenvolvimento integral dos discentes⁽¹⁾.

O ingresso no ensino superior coincide, normalmente, com a passagem da fase da adolescência para a fase adulta, assim como do modelo de estudos praticado no ensino médio para o adotado no ensino universitário, o que pode se configurar como um momento crítico na vida dos estudantes⁽²⁾.

Somado a isso, a literatura refere a vulnerabilidade entre jovens acadêmicos diante de agravos à saúde. Estudo realizado no noroeste do

Paraná que avaliou fatores de risco para doenças cardiovasculares entre estudantes do quarto ano de oito cursos de uma universidade pública identificou que tabagismo, consumo de bebidas alcoólicas, sedentarismo, alimentação desequilibrada e excesso de peso chamam a atenção no caso desses jovens, considerando que é na fase universitária que muitos hábitos de vida se modificam em razão de maior suscetibilidade em adquirir costumes prejudiciais à saúde⁽³⁾.

Problemas de saúde, se não adequadamente conduzidos, podem trazer dificuldades para o cumprimento das atividades acadêmicas, isolamento social e abandono dos estudos, uma vez que a saúde e o bem-estar são cruciais para a adaptação e o desempenho acadêmico, influenciando a capacidade de aprender e desenvolver plenamente a experiência do ensino superior⁽⁴⁾.

Além das consequências individuais, as

¹Extraído da dissertação intitulada "O tratamento excepcional de estudantes da graduação na Universidade Federal de Juiz de Fora: um estudo de caso", do Programa de Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), defendido no ano de 2019.

*Graduação em Letras. Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública. UFJF, MG, Brasil. E-mail: vieira099@yahoo.com.br ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-5070-8478>

**Graduação em Letras. Doutora em Letras. Faculdade de Letras da UFJF, MG, Brasil. E-mail: carolina.a.magaldi@gmail.com ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-1240-2026>

***Enfermeira. Mestre em Ciências. Programa de pós-graduação da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo. São Paulo, SP, Brasil. E-mail: vanessabraga@usp.br ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-6714-9318>

****Enfermeira. Doutora em Enfermagem. Faculdade de Enfermagem da UFJF, MG, Brasil. E-mail: mariacristina.jesus@ufjf.edu.br ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-8854-690X>

*****Enfermeira. Doutora em Enfermagem. Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo. São Paulo, SP, Brasil. E-mail: merighi@usp.br ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-9705-2557>

dificuldades para a continuidade dos estudos podem também ocasionar perdas sociais e econômicas, uma vez que levam à subutilização dos recursos destinados às IESs. Nesse contexto, mostra-se fundamental que as instituições estejam atentas às situações que podem acometer os universitários e que têm o potencial de afetar o rendimento acadêmico⁽⁵⁾.

No Brasil, iniciativas governamentais, como o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), avançaram na questão do apoio ao universitário ao propor ações para viabilizar a igualdade de oportunidades e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão na educação superior. Entre as ações de assistência estudantil propostas, salientam-se a atenção à saúde e o apoio pedagógico aos estudantes durante a formação acadêmica⁽⁶⁾. Estudos que analisaram o impacto do oferecimento da assistência estudantil em IESs públicas mostraram que este contribui para melhor desempenho dos estudantes nas atividades acadêmicas e permanência no ensino superior⁽⁷⁾.

Apesar da sua relevância, tanto no contexto nacional quanto no internacional, são escassas as publicações de estudos que avaliam a assistência estudantil fornecida pelas IESs, no âmbito do atendimento daqueles que carecem de acompanhamento em situações de licença médica. As pesquisas concentram-se especialmente na identificação de situações que interferem na permanência estudantil no ensino superior, no que diz respeito à vulnerabilidade socioeconômica, com impacto de intervenções que oportunizam condições para essa permanência, como o oferecimento de auxílios financeiros. Observam-se também, na literatura, relatos e avaliações de programas de suporte e aconselhamento aos universitários no campo da saúde mental^(8,9).

Portanto, identifica-se uma lacuna de investigações que avaliem as demais áreas propostas pelo PNAES com vistas a promover a permanência do estudante no ensino superior, bem como da atuação mais efetiva das instituições no campo da promoção e do acompanhamento da saúde dos estudantes⁽¹⁰⁾.

A situação apresentada levou ao questionamento: como vêm sendo conduzidos os processos de assistência estudantil a universitários licença médica? O objetivo deste estudo foi

compreender como ocorre o processo de assistência estudantil a universitários em licença médica.

A relevância desta pesquisa consiste em investigar esse aspecto pouco explorado da assistência estudantil nas universidades. Os resultados poderão auxiliar as instituições a se concentrarem em intervenções orientadas para a realidade da comunidade acadêmica, visando à manutenção de seu bem-estar e, conseqüentemente, ao incremento do aprendizado.

METODOLOGIA

Trata-se de estudo de caso, exploratório, descritivo, de abordagem qualitativa realizado em uma universidade pública localizada na região sudeste do Brasil. Incluíram-se acadêmicos de ambos os sexos, independentemente da faixa etária, que solicitaram assistência estudantil por licença médica, entre janeiro de 2016 e dezembro de 2018, cadastrados no Sistema Integrado de Gestão Acadêmica (SIGA) da instituição; professores que já haviam vivenciado esse procedimento de assistência; coordenadores dos cursos envolvidos no estudo (Letras, Enfermagem e Artes e Design); e profissionais da Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PROAE). Não foram incluídos aqueles estudantes que abandonaram o curso de graduação nem os profissionais que estavam afastados durante o período da coleta de dados.

Na IES, foco da presente investigação, a assistência ao estudante que se encontra em situação de afastamento por licença médica visa garantir a continuidade da aprendizagem e está prevista no Regulamento Acadêmico da Graduação (RAG) da instituição. Para receber essa assistência, os acadêmicos abrem um processo na coordenação do curso de graduação, anexam o atestado médico e aguardam o parecer dos professores das disciplinas nas quais se encontram matriculados naquele momento.

Para a coleta de dados, empregou-se a triangulação de estratégias, visando complementar as informações obtidas de diferentes fontes: consulta a 46 processos de solicitação de assistência estudantil; depoimentos de três estudantes, sete professores, três coordenadores e dois membros da PROAE; e

respostas de 12 acadêmicos a um questionário elaborado pela pesquisadora principal por meio da ferramenta *GoogleForms*. A triangulação possibilita a apreensão de uma dada realidade sob diversos ângulos, viabilizando o confrontamento das informações, de maneira a minimizar vieses resultantes de uma única perspectiva de análise⁽¹¹⁾.

A busca dos processos no SIGA foi realizada de agosto de 2018 a janeiro de 2019, para identificar o quantitativo de estudantes que solicitaram a assistência estudantil por licença médica. O levantamento desses processos foi autorizado pela IES, sendo facilitado em razão de a pesquisadora principal ser servidora da universidade e possuir acesso prévio às solicitações de assistência estudantil. O conteúdo das solicitações dos estudantes foi avaliado após a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa e mostrou que os cursos com maior número de processos foram Enfermagem (18), Letras (16) e Bacharelado em Artes e Design (12), os quais foram escolhidos como foco deste estudo.

As entrevistas com os estudantes, coordenadores de cursos e professores foram orientadas por questões abertas sobre como ocorreu a assistência estudantil na instituição e realizadas em abril e maio de 2019, com duração média de 30 minutos. Os depoimentos foram obtidos pela pesquisadora principal – mestrande em educação, após treinamento para realização da entrevista qualitativa –, em sala reservada, nas unidades acadêmicas da universidade cenário da pesquisa e na PROAE com os membros dessa Pró-Reitoria, gravadas em áudio e transcritas, a fim de possibilitar sua análise. Não houve recusa ou exclusão de nenhum participante.

Já o questionário enviado aos estudantes continha questões estruturadas segundo a Escala *Likert*, para identificar sua concordância com as afirmativas sobre a assistência estudantil e duas questões abertas para que opinassem livremente sobre o tema. Dos 46 estudantes com processos de assistência estudantil, obtiveram-se respostas de 12 (26%) dos participantes. A figura 1 sintetiza o caminho percorrido para a composição da amostra do estudo.

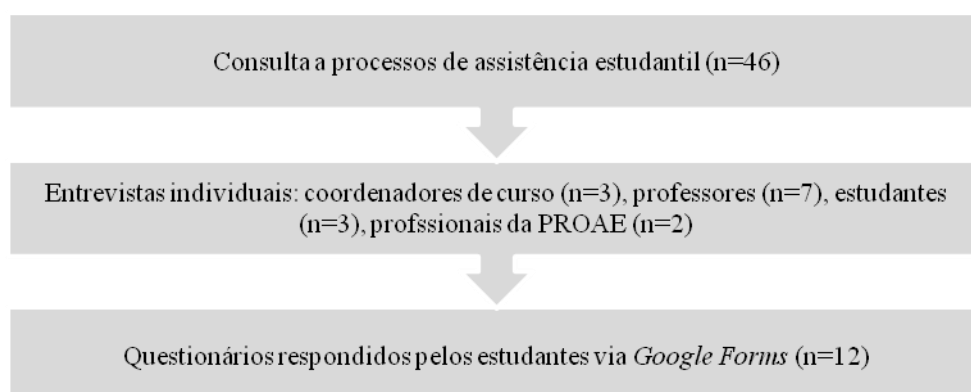


Figura 1. Composição da amostra do estudo

Fonte: os autores.

Para a organização e tratamento dos dados, utilizou-se a Análise de Conteúdo de Bardin, realizando-se as etapas de pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados com inferências e interpretações⁽¹²⁾.

Após análise dos processos de solicitação de assistência estudantil, transcrição das entrevistas com os participantes e compilação dos dados provenientes dos questionários preenchidos pelos discentes, realizou-se a codificação de todo o material textual coletado. Estabeleceram-se as

categorias temáticas e realizaram-se interpretações inferenciais a propósito do objetivo de compreender como ocorre o processo de assistência estudantil a universitários em licença médica.

Para garantir o anonimato, os participantes foram identificados pelas letras P, C, M e E, que correspondem respectivamente às iniciais das palavras Professor, Coordenador, Membro [da PROAE] e Estudante, seguidas de numeração arábica correspondente à ordem de ocorrência das

entrevistas (P1 a P7; C1 a C3; M1 e M2; E1 a E3); da mesma forma, a letra Q, relativa aos questionários respondidos, seguida da numeração referente à ordem em que foram recebidos (Q1 a Q12). A anuência dos participantes foi estabelecida por meio de assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, tendo sido o projeto de pesquisa aprovado pelo Comitê de Ética da instituição estudada, sob o Parecer de número 3.231.882, CAAE 07884919.8.0000.5147, de 29 de março de 2019. Ressalta-se que a pesquisa atendeu aos passos recomendados pelos Critérios Consolidados para Relatar uma Pesquisa Qualitativa (COREQ)⁽¹³⁾.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Caracterização

Dos 46 processos analisados, em mais de um terço da totalidade, não foi possível constatar a razão da solicitação, já que as informações estavam incompletas ou os processos não se encontravam arquivados para consulta. Cerca de um terço dos processos se referia à licença-maternidade. Entre os motivos de alterações de saúde que constavam dos processos visando à assistência estudantil, citam-se cirurgias, traumatismos ou alterações osteoarticulares, doenças oculares e anexos, doenças de mama e útero, intoxicação exógena por medicamentos, transtornos mentais e comportamentais e doenças do sistema nervoso.

Os coordenadores ocupavam o cargo há mais de um ano. Entre os professores, a maioria era mulher, com tempo de docência na universidade entre 8 e 37 anos. Os membros da PROAE atuavam na função de pedagogo e assistente social há mais de dez anos. As estudantes entrevistadas tinham 27 anos ou mais, e todas estavam no ciclo específico de formação.

Dos 12 discentes que responderam ao questionário, seis eram do Curso de Letras, dois do Curso de Bacharelado em Artes e *Design* e quatro do Curso de Enfermagem. Eles tinham mais de 22 anos, e 41,7% cursavam as disciplinas do ciclo básico.

Com o agrupamento dos registros contidos nos processos de assistência estudantil por licença médica e respostas dos envolvidos, chegou-se ao *corpus* do estudo que levou à constituição das

categorias: “Fragilidades identificadas na prática da assistência estudantil” e “Sugestões para melhoria da assistência estudantil”.

Fragilidades identificadas na prática da assistência estudantil

Embora a assistência estudantil nos casos de licença médica seja um direito do estudante, esta tem sido, muitas vezes, motivo de desgaste para os envolvidos. Parte dos estudantes mencionou que os discentes não possuem conhecimento da existência desse direito, o que foi confirmado pelos depoimentos dos três coordenadores, da maioria dos professores e das três discentes entrevistadas:

[...] os estudantes não conhecem o RAG [...]. (C3)

Acho que conhecem o direito grosseiramente. (E2)

[...] às vezes, mesmo sabendo, talvez eles não tenham noção de quais são as situações que poderiam se configurar como casos de tratamento excepcional [licença médica do estudante]. (C1)

Corroborar esses achados pesquisa com 822 estudantes dos Estados Unidos em que mais da metade dos entrevistados estava pouco ciente do apoio universitário disponível para os discentes, e 18,7% desconheciam completamente o serviço. Apenas um terço deles (31,1%) tinha conhecimento suficiente da disponibilidade desse apoio⁽¹⁴⁾.

No que se refere ao fornecimento das informações aos estudantes pelos coordenadores quanto ao trâmite do processo de assistência estudantil, observa-se que há falta de padronização de condutas:

A falta de informação de alguns coordenadores dificultou um pouco o processo. (Q9)

[...] falta de informação da coordenação; fiquei totalmente perdida, porque em cada momento me informavam coisas diferentes. (Q8)

Quanto às informações passadas pela coordenação aos professores que dariam atendimento às demandas, pôde-se perceber que as orientações, com algumas exceções, também não eram padronizadas, o que é acentuado pela falta de clareza das ações estabelecidas pelo RAG, dando margem para interpretações distintas do que deveria ser feito:

[...] vem o processo para você ter ciência. É de cima para baixo. **(P1)**

Não recebo nada praticamente. Só recebo um papel informando que o estudante entrou com o pedido de tratamento excepcional [licença médica do estudante] [...]. **(P6)**

O RAG é prescritivo. Existe uma diferença na maneira como os professores contemplam o estudante. **(P5)**

Os coordenadores também relataram não receber de seus superiores orientação de como deveriam ser feitos esses atendimentos, de acordo com as especificidades de cada caso:

[...] A Coosbe {serviço de perícia médica} só referenda, mas não traz uma orientação de conduta para nós, coordenadores, de qual é a necessidade do estudante. **(C2)**

Constatou-se situação semelhante por meio da consulta aos processos de solicitação de assistência estudantil, uma vez que cada um apresentava uma tramitação própria. Apenas um dos cursos incluiu, nos processos, todos os pareceres com os encaminhamentos dados. Portanto, é preciso normatizar os trâmites, uma vez que a forma como está estabelecida no RAG deixa margem para que cada curso faça os procedimentos como julgar adequado.

Em consonância com esses resultados, investigação com estudantes irlandeses encontrou relatos de que os serviços da unidade de graduação e de apoio da universidade não estavam conectados e havia falta de informações e de procedimentos claros para garantir que os discentes acessassem esses serviços, o que dificultava sua utilização⁽¹⁵⁾.

A maioria dos discentes do presente estudo discordou de que a programação das atividades feita pelos docentes para os discentes que solicitaram assistência estudantil os atendia satisfatoriamente:

[...] eu não tinha condições de estar no campus e me indicaram avaliações presenciais. Não me deram outra opção, por isso não concluí o conteúdo. **(Q8)**

Nesse âmbito, observou-se resistência de docentes para flexibilização do conteúdo para atender o estudante:

Eu tenho que flexibilizar muito o conteúdo [...] se perde muito conteúdo. **(P6)**

[...] existe ainda certa resistência, não de todos os professores, mas ainda existe resistência. **(M2)**

Uma das professoras destacou a relevância de “ir além dos procedimentos regimentais” ao dar atendimento aos estudantes com alguma necessidade de saúde:

[...] sempre considerei o RAG um ponto de partida e não um ponto de chegada [...] você pode tratar isso muito friamente, só com o papel, ou você pode acolher. **(P5)**

Nessa perspectiva, estudo salientou a importância de professores e preceptores universitários buscarem ao máximo o bem-estar de seus estudantes, sendo facilitadores no processo de formação, para que os discentes tenham êxito na aprendizagem, levando-se em conta que boas condições de saúde são determinantes desse processo⁽¹⁶⁾. Destaca-se que o professor tem um importante papel de mediação, que pode favorecer ou não a construção do conhecimento pelo discente⁽¹⁷⁾ e, consequentemente, o bem-estar deste. Por isso, o docente deve estar preparado para flexibilizar o conteúdo e as avaliações de sua disciplina no atendimento ao estudante em licença médica.

Os universitários apontaram: a não credibilidade por parte de docentes na real situação de saúde apresentada, apesar da presença de laudo médico e do deferimento do serviço de perícia médica da IES; burocracia; despreparo de técnicos-administrativos, professores e coordenadores para o atendimento; preconceito e descaso:

[...] a gente não é levado a sério. Principalmente se for um caso depressivo, psicológico, psiquiátrico, de fundo emocional. **(E1)**

[...] despreparo da secretária da coordenação do curso para lidar com pessoas que sofrem de algum transtorno mental. **(Q10)**

Alguns depoimentos dos coordenadores confirmaram os relatos dos discentes quanto às dificuldades no recebimento e na condução da solicitação da assistência estudantil por licença médica:

Há professores que ainda não entendem essas síndromes crônicas como algo a se atender de forma excepcional. **(C2)**

[...] eu mesma tenho alguma limitação nesse conhecimento [...] se a gente olha o que está

estabelecido no RAG, é muito obscuro, tem citação a decretos e leis antigos. **(C1)**

Os estudantes se ressentem por não serem compreendidos acerca de suas condições de saúde, especialmente em aspectos psicológicos, ressaltando a estigmatização por parte da comunidade universitária. Revisão sistemática da literatura mostrou que, entre os principais desafios dos discentes que solicitavam apoio, estava a falta de confiança nos profissionais responsáveis, a percepção de desvalorização e a falta de conhecimento sobre os problemas de saúde do discente por parte do apoiador⁽¹⁸⁾. Destaca-se que o apoio estudantil precisa estar fundamentado em uma interação de qualidade entre estudantes e professores, de modo a viabilizar informações e/ou intervenções psicopedagógicas significativas.

Quatro estudantes discordaram de que não houve demora na tramitação do processo, desde o pedido até sua resolução, e os registros indicaram morosidade nas providências necessárias, o que também foi ressaltado por professores:

Existe uma demora muito grande no processo. [...] tem que passar por uma análise da coordenação. **(P3)**

Uma das representantes da PROAE salientou a importância de um olhar institucional mais amplo voltado para os estudantes que necessitam de apoio:

[...] seria bem interessante incluir outras Pró-Reitorias no atendimento excepcional [licença médica do estudante]. [...] a universidade está interligada, mas o acompanhamento é muito fragmentado. **(M1)**

Assim, reforça-se a importância do envolvimento entre serviços de apoio e discentes com necessidades de assistência estudantil, de modo a contribuir para o sentimento de pertença destes na instituição, o que facilita sua participação ativa na comunidade acadêmica⁽¹⁵⁾. O suporte adequado fornecido pelas IESs pode ser capaz de impactar positivamente o bem-estar dos estudantes universitários, com reflexos no aproveitamento acadêmico e nas aspirações de empregabilidade⁽¹⁹⁾.

Quanto à percepção dos professores sobre a efetividade da assistência estudantil, considerou-se que, devido à complexidade de algumas situações de saúde, torna-se difícil para o docente

detectar a melhor conduta:

[...] um {discente} enviou-me um e-mail cujo título era: 'Aluno importante'. [...] aí vem a mãe dele chorando porque o menino tentou suicídio. [...] depois eu conectei que aquele 'aluno importante' era um pedido de ajuda. **(P6)**

A maioria dos estudantes respondeu que não houve acompanhamento pela PROAE quando se encontravam em licença médica, o que é justificável, uma vez que o trâmite estabelecido pelo RAG não inclui esse setor. No entanto, houve coordenadores e professores que se sensibilizaram com o problema do estudante e procuraram orientação dessa Pró-Reitoria:

[...] a gente tenta fazer um comunicado à PROAE para uma parceria para estabelecer o tratamento excepcional [licença médica do estudante] para o discente. **(C2)** Já tive a oportunidade de estar reunida também com a psicóloga e a pedagoga da PROAE [...] achei que estar com elas e ouvi-las foi muito bom [...]. **(P1)**

De acordo com o depoimento de um dos membros da PROAE, não é comum os processos de assistência estudantil por questões de saúde serem encaminhados àquela Pró-Reitoria, tampouco se solicitar que os profissionais que lá atuam orientem quanto à melhor forma de atender à necessidade do estudante:

Eu participei de dois acompanhamentos excepcionais [licenças médicas dos estudantes] nesse período em que estou aqui. **(M1)**

Ressalta-se que esta participante atua desde 2013 na PROAE, onde tramitaram apenas dois casos. Como o RAG não estabelece que os processos de assistência estudantil com licença médica devem tramitar na PROAE, somente aqueles casos em que o coordenador ou o próprio estudante solicitam a intermediação dessa Pró-Reitoria são beneficiados com o apoio interdisciplinar da equipe, o que pode refletir em efetividade no atendimento. A assistência estudantil precisa abranger o atendimento integral do estudante, com ênfase especial nas questões que envolvem a saúde e o desenvolvimento pedagógico dos discentes para uma formação bem-sucedida⁽²⁰⁾.

As IESs, alinhadas à Carta de Okanagan, devem representar espaços de diálogos plurais para a produção da cultura de promoção da saúde e para a implementação de políticas de

valorização da vida e da sustentabilidade. Assim, devem criar culturas de bem-estar, equidade e justiça social que envolvam toda a comunidade acadêmica⁽²¹⁾.

Sugestões para melhoria da assistência estudantil

As sugestões dos participantes para a melhoria da assistência estudantil incluem ampliações de divulgação do direito a esse atendimento aos professores e promoção do acolhimento aos estudantes pelas coordenações de curso:

Tem que ser mais bem esclarecido o direito do estudante, um melhor atendimento das coordenações, com informações coerentes e uma atenção adequada por parte dos professores. **(Q8)**

Maior esclarecimento para os professores [...] nem todos se adequaram à minha demanda. Acredito que a questão da assistência não é de conhecimento pleno de todos os professores. **(Q9)**

Também foi mencionado o acompanhamento sistemático e padronizado dos discentes com situações que requerem tratamento de saúde em setor que possa gerenciar as solicitações dos estudantes:

É preciso uma sistematização do processo de atendimento que possibilite o aluno receber o quanto antes a supervisão e acompanhamento de seu quadro clínico e tratamento, assim como o acompanhamento das atividades pedagógicas. **(Q6)**

A PROAE precisa protagonizar o processo. [...] O RAG não pode ficar aberto assim a ponto de cada um interpretar, porque cada curso e cada disciplina têm suas especificidades que precisam ser consideradas. **(P1)**

Salienta-se que é preciso melhorar o fluxo de atendimento dos casos de assistência estudantil por licença médica nas IESs, por meio da sistematização dos processos, elaborada e discutida com a participação das Pró-Reitorias, da representação discente, docente e dos técnico-administrativos. A informatização dos trâmites referentes à solicitação de assistência estudantil em casos de licença médica poderá proporcionar maior agilidade na tramitação dos processos de solicitação dos estudantes favorecendo a rápida comunicação entre as partes envolvidas.

A melhoria no atendimento das demandas, assim como a ampliação da divulgação do direito do estudante a esse atendimento, na percepção dos participantes, requer ações conjuntas entre Coordenações dos Cursos de Graduação, Pró-Reitoria de Graduação e PROAE, com destaque para esta última. Essa Pró-Reitoria conta com profissionais capacitados para orientação quanto a esse atendimento, entre eles, psicólogos, pedagogos e assistentes sociais, o que poderá contribuir para que os estudantes se sintam acolhidos em suas necessidades. Para tal, faz-se necessário valorizar as interações entre estudantes, professores e representantes envolvidos na assistência estudantil por licença médica, enfatizando a articulação entre esses setores da universidade.

Investigação em 22 universidades da Irlanda mostrou que os discentes relataram a necessidade de engajamento precoce e de construção de relacionamento com o serviço de apoio, de modo a facilitar a procura por ajuda em caso de necessidade⁽¹⁵⁾. Salienta-se que a interação autêntica entre os envolvidos na assistência estudantil criará um espaço por meio do qual as condutas humanas serão reguladas na experiência social vivenciada.

As necessidades de assistência estudantil por licença médica requerem também articulação com a Atenção Primária à Saúde, visando facilitar o encaminhamento de situações de agravos assim como ações de promoção da saúde. Estudo que avaliou as políticas voltadas à saúde do estudante brasileiro de instituições de ensino técnico e superior corrobora essa afirmativa quando aponta a necessidade de ações que envolvam os processos de saúde-doença, prevenção de doenças e promoção da saúde no meio acadêmico, articulando-se com a rede pública de saúde⁽⁶⁾.

Os achados contribuem para o avanço do conhecimento sobre a assistência estudantil, na medida em que proporcionam maior compreensão da importância do acompanhamento dos universitários que apresentam demandas de saúde, aspecto preconizado por política pública voltada para as IESs brasileiras, com vistas à melhoria do desempenho acadêmico e garantia do direito à formação superior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos processos e da percepção de estudantes, professores, coordenadores de curso e profissionais do serviço de apoio estudantil constatou que não há padronização nos trâmites dos processos de solicitação de assistência estudantil em situações de licença médica, tampouco uma uniformização nas ações voltadas para esse público na IES. Destacam-se: o pouco conhecimento por parte dos discentes e docentes sobre o direito a essa assistência; a falta de flexibilização de conteúdo e avaliação das disciplinas; a não credibilidade dos docentes nas condições apresentadas pelos estudantes, assim como a falta de envolvimento da instituição como um todo para apoiar os estudantes que carecem dessa assistência.

Isso requer que o direito à assistência estudantil seja amplamente divulgado para estudantes e professores e que os trâmites sejam sistematizados na IES. Ademais, exige a valorização das demandas do estudante que solicita acompanhamento em situação de licença médica, com vistas às intervenções orientadas para suas necessidades, de modo a contribuir para sua saúde e seu bem-estar.

Como limitação do estudo, aponta-se que a análise dos processos de solicitação de assistência estudantil por licença médica permitiu identificar que, em muitas das ocorrências, não foi possível constatar o motivo da solicitação, já que as informações estavam incompletas ou os processos não se encontravam disponíveis para consulta. Além disso, salienta-se o baixo número de respostas dos discentes ao questionário *on-line*. Ademais, as características específicas do grupo estudado, por fazer parte de uma realidade que pode diferir de outra, impedem a generalização dos resultados. Nesse sentido, outras possibilidades investigativas precisam ser desenvolvidas, com vistas a ampliar a discussão sobre as fragilidades da assistência estudantil nas universidades.

Os resultados encontrados explicitam a necessidade de maiores investimentos na implementação das políticas e práticas institucionais de assistência estudantil, de modo a considerar os diversos aspectos da vida dos estudantes, em especial a saúde, com orientação no processo ensino-aprendizagem e acompanhamento psicopedagógico nos casos de licença médica.

STUDENT ASSISTANCE TO UNDERGRADUATES ON SICK LEAVE: A CASE STUDY

ABSTRACT

Objective: To understand how the process of student assistance to undergraduates on sick leave occurs. **Methods:** Exploratory, descriptive, and qualitative case study carried out between August 2018 and May 2019 in a public university in the southeast region of Brazil. Forty-six cases opened by students were analyzed. Additionally, 15 accounts by course coordinators, professors, students, and professionals at the Office of the Pro Dean for Student Assistance and answers by 12 students to an online questionnaire were collected. Bardin's content analysis was used to treat the data. **Results:** There was delay in the processing of the cases, differences in the approaches applied to manage the cases, lack of belief in the existence of the undergraduates' health issues and of content flexibility, and little knowledge about the right to student assistance in situations of sick leave. It was patent that the existence of this right has to be more disseminated and that the procedures at the institution have to be systematized. **Final considerations:** The mentioned difficulties and presented demands explained the need for greater investments in a modality of student assistance that takes into account the several aspects of students' lives, especially health, providing them with guidance during the teaching-learning process and psychopedagogical follow-up in sick leave cases.

Keywords: Education higher. Student health. Sick leave. Case reports.

ASISTENCIA ESTUDIANTIL A UNIVERSITARIOS EN LICENCIA MÉDICA: UN CASO DE ESTUDIO

RESUMEN

Objetivo: comprender cómo ocurre el proceso de asistencia estudiantil a universitarios en licencia médica. **Método:** estudio de caso, exploratorio, descriptivo, de abordaje cualitativo, realizado entre agosto de 2018 y mayo de 2019, en una universidad pública ubicada en el sudeste brasileño. Se analizaron 46 procesos abiertos por estudiantes; se obtuvieron 15 relatos de coordinadores de cursos, profesores, estudiantes y profesionales de la Prorectoría de Asistencia Estudiantil, además de 12 respuestas a un cuestionario *online* rellenado por los estudiantes. Se utilizó el Análisis de Contenido de Bardin para el tratamiento de los datos. **Resultados:** hay demora en la tramitación de los procesos, diferencias de conducta en la gestión de los casos, falta de credibilidad en la condición de salud del discente y de flexibilización del contenido, además de poco conocimiento sobre el derecho a la asistencia estudiantil en

situaciones de licencia médica. Se hace necesaria mayor divulgación de ese derecho y sistematización de los trámites en la institución. **Consideraciones finales:** ante las dificultades señaladas y las demandas presentadas, se explicita la necesidad de mayor inversión en la asistencia estudiantil que considere los diversos aspectos de la vida de los estudiantes, en especial la salud, con orientación en el proceso enseñanza-aprendizaje y acompañamiento psicopedagógico en los casos de licencia médica.

Palabras clave: Educación superior. Salud del estudiante. Licencia médica. Informes de casos.

REFERÊNCIAS

1. Santos CPC, Marafon NM. A Política de Assistência Estudantil na Universidade Pública Brasileira: desafios para o Serviço Social. *Textos Contextos* (Porto Alegre). 2016;15(2):408-22. Doi: <https://doi.org/10.15448/1677-9509.2016.2.22232>
2. Hinrichs CP, Ortiz LE, Pérez CE. Relación entre el bienestar académico de estudiantes de kinesología de una universidad tradicional de Chile y su percepción del ambiente educacional. *Form. Univ.* [online]. 2016;9(1):109-16. Doi: <http://dx.doi.org/10.4067/S0718-50062016000100012>
3. Back IR, Dias BC, Batista VC, Ruiz AGB, Peruzzo HE, Druciak CA et al. Risk factors for cardiovascular diseases in university students: differences between the sexes. *Cienc. Cuid. Saúde.* 2019;18(1):e40096. Doi: <https://doi.org/10.4025/ciencucuidsaude.v18i1.40096>
4. Granja MB, Mota CP. Estilos parentais, adaptação académica e bem-estar psicológico em jovens adultos. *Análise Psicológica.* 2018;36(3):311-26. Doi: <http://dx.doi.org/10.14417/ap.1415>
5. Cunha M, Duarte J, André S, Sequeira C, Castro-Molina FJ, Mota M et al. Bem-estar em estudantes do ensino superior. *Millennium.* 2017;2(2):21-38. Doi: <https://doi.org/10.29352/mill0202e.02>
6. Bleicher T, Oliveira RCN. Políticas de assistência estudantil em saúde nos institutos e universidades federais. *Psicol. Esc. Educ.* 2016;20(3):543-9. Doi: <https://doi.org/10.1590/2175-3539201502031040>
7. Machado GC, Oliveira CA, Freitas TA. Avaliação do impacto dos benefícios de assistência estudantil sobre o desempenho acadêmico: o caso da Universidade Federal do Rio Grande. *Planej. Polít. Públicas.* 2020;55:27-69. Doi: <https://doi.org/10.38116/ppp55art2>
8. Morris MR, Feldpausch NI, Inga Eshelman MG, Bohle-Frankel BU. Recovering in Place: creating campus models of care for the high-risk college student. *Curr Psychiatry Rep.* 2019;21(11):111. Doi: <https://doi.org/10.1007/s11920-019-1101-5>
9. Cespedes JG, Minhoto MAP, Oliveira SCP, Rosa AS. Avaliação de impacto do Programa de Permanência Estudantil da Universidade Federal de São Paulo. *Ensaio: aval. pol. públ. educ.* 2021;29(112):1-25. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0104-403620210002902418>
10. Andrade AMJ, Teixeira MAP. Áreas da política de assistência estudantil: relação com desempenho acadêmico, permanência e desenvolvimento psicossocial de universitários. *Avaliação* (Campinas). 2017;22(2):512-28. Doi: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772017000200014>
11. Santos KS, Ribeiro MC, Queiroga DEU, Silva IAP, Ferreira SMS. The use of multiple triangulations as a validation strategy in a qualitative study. *Ciênc. Saúde Colet.* 2020;25(2):655-64. Doi: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020252.12302018>
12. Bardin L. *Análise de Conteúdo.* São Paulo: Edições 70; 2016.
13. Souza VRS, Marziale MHP, Silva GTR, Nascimento PL. Translation and validation into Brazilian Portuguese and assessment of the COREQ checklist. *Acta Paul. Enferm.* 2021;34:eAPE02631. Doi: <https://doi.org/10.37689/acta-ape/2021AO02631>
14. Gibbons S, Trette-McLean T, Crandall A, Bingham JL, Garn CL, Cox JC. Undergraduate students survey their peers on mental health: Perspectives and strategies for improving college counseling center outreach. *J Am Coll Health.* 2019;67(6):580-91. Doi: <https://doi.org/10.1080/07448481.2018.1499652>
15. Murphy E. Responding to the needs of students with mental health difficulties in higher education: an Irish perspective. *Eur J Spec Needs Educ.* 2017;32(1):110-24. Doi: <http://dx.doi.org/10.1080/08856257.2016.1254966>
16. Nogueira-Martins LA, Nogueira-Martins MCF. Saúde Mental e Qualidade de Vida de estudantes universitários. *Rev. Psicol. Divers. Saúde.* 2018;7(3):334-7. Doi: <https://doi.org/10.17267/2317-3394rps.v7i3.2086>
17. Andrade AKBB, Leite MDB. A afetividade na relação professor-aluno e suas implicações na aprendizagem, em contexto universitário. *Id on Line Rev. Mult. Psic.* 2019;13(46):58-84. Doi: <https://doi.org/10.14295/online.v13i46.1869>
18. Topkaya N, Sahin E, Meydan B. The development, validity, and reliability of the barriers to seeking psychological help scale for college students. *Int. J. High. Educ.* 2017;6(1):48-62. Doi: <https://doi.org/10.5430/ijhe.v6n1p48>
19. Rogowsky R, Laidlaw A, Ozakinci G. 'Having come to university my care was very much in my hands': exploration of university students' perceptions of health care needs and services using the common-sense model of self-regulation. *J Behav Med.* 2020;43(6):943-55. Doi: <https://doi.org/10.1007/s10865-020-00147-0>
20. Imperatori TK. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. *Serv. soc. soc.* 2017;129:285-303. Doi: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.109>
21. Dooris M, Powell S, Farrier A. Conceptualizing the 'whole university' approach: an international qualitative study. *Health promot int.* 2020;35(4):730-40. Doi: <https://doi.org/10.1093/heapro/daz072>

Endereço para correspondência: Vanessa Augusta Souza Braga. Endereço: Rua Oswaldo Cruz, 22/802 – Centro. Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil. CEP 36015-430. Telefone: (32)98858-7330. E-mail: vanessabraga@usp.br

Data de recebimento: 30/04/2021

Data de aprovação: 10/11/2021

APOIO FINANCEIRO

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).